TON PROÊNCIO

Administrador, pós-graduado em Economia Financeira e ex-vereador de Jaguariúna

O Brasil não precisa ser dividido. Precisa dividir o poder.

De tempos em tempos, volta a circular uma ideia que divide opiniões: separar São Paulo do Brasil, criar um país independente no Sul ou dividir o território brasileiro em diferentes nações.

Embora essas propostas sejam controversas, acredito que elas revelam uma insatisfação que merece ser discutida. Afinal, por que regiões tão diferentes precisam depender tanto das decisões tomadas em Brasília?

Separatismo é diferente de descentralização. Ponto. Defender maior autonomia para os estados não significa querer dividir o Brasil. Significa discutir uma distribuição mais equilibrada do poder, dos recursos e das responsabilidades dentro da própria Federação.

O problema talvez não esteja no tamanho do nosso território, mas na concentração do poder político.

O Brasil tem dimensões continentais, realidades econômicas distintas, culturas regionais próprias e necessidades que variam profundamente de um estado para outro. Ainda assim, boa parte das decisões que afetam a vida de milhões de brasileiros continua concentrada no governo federal.

Será que precisamos dividir o Brasil ou simplesmente distribuir melhor o poder dentro dele? Para compreender essa questão, vale olhar para os Estados Unidos.

O que os Americanos entenderam sobre poder?

Brasil e Estados Unidos são federações. Ambos possuem governo federal, estados, governadores, Assembleias Legislativas e constituições estaduais. Entretanto, a maneira como o poder é distribuído entre essas instituições é bastante diferente.

Nos Estados Unidos, a 10ª Emenda à Constituição estabelece que os poderes não atribuídos ao governo federal, nem proibidos aos estados, permanecem com os estados ou com o povo.

Na prática, isso permite que os estados americanos tenham ampla autonomia para elaborar suas próprias leis em áreas importantes da vida cotidiana.

Isso não significa ausência de regras nacionais. Existem leis federais que todos precisam respeitar. A diferença está no espaço que cada estado possui para tomar suas próprias decisões.

No Brasil, a Constituição reserva à União praticamente toda a legislação penal, civil e trabalhista. Os estados possuem competências próprias, mas não podem simplesmente criar suas próprias regras nessas áreas.

Vamos imaginar uma situação concreta. O governador de São Paulo é cobrado diariamente pelos problemas de segurança pública. É ele quem administra a Polícia Militar e a Polícia Civil, contrata policiais, compra viaturas e investe em equipamentos.

Mas, se quiser modificar as penas previstas para determinados crimes, não poderá fazer isso por meio da Assembleia Legislativa. Essa decisão pertence ao Congresso Nacional.

Ou seja, o governador responde por grande parte da segurança pública, mas não possui autonomia para decidir sobre uma parcela importante da legislação criminal.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Dilema Republicano

Na política americana, o partido na Casa Branca costuma sangrar nas eleições de meio de mandato, um clássico voto de protesto para calibrar as ambições do Executivo. A história comprova a tese: presidentes como Bill Clinton (1994) e Barack Obama (2010) sofreram derrotas paralisantes nas midterms, mas se reorganizaram e garantiram a reeleição. Sob essa lente tradicional, um tropeço legislativo é lido apenas como um hematoma temporário, não fatal.

Contudo, certas derrotas prenunciam o colapso de um paradigma. O verdadeiro alerta à direita não reside nos percalços reversíveis de Clinton ou Obama, porém no desastre estrutural sofrido por George W. Bush em 2006. Aquelas eleições representaram o atestado de óbito do intervencionismo desenfreado, impulsionado pela fadiga com a Guerra do Iraque. O cenário gerou um vácuo político colossal que pavimentou a vitória da oposição em 2008 e abriu portas para uma reengenharia sociocultural sem precedentes, consolidando a chamada "Era Woke". Em 2006, a direita não perdeu apenas o Congresso, perdeu a hegemonia sobre a cultura do país.

Hoje, o conservadorismo americano depara-se novamente com o fantasma do desgaste eleitoral, porém, a dinâmica tornou-se imensamente mais complexa. O partido não enfrenta apenas a habitual oposição progressista, mas lida com um profundo dilema existencial dentro de sua própria coalizão. Essa fratura interna é perfeitamente ilustrada pela recente divergência de diagnósticos entre duas de suas maiores lideranças nacionais à respeito das prioridades do movimento.

De um lado, Donald Trump projeta a visão da Realpolitik. Ao afirmar que seria preferível perder o controle do Senado a permitir um avanço nuclear do Irã, ele prioriza a contenção de ameaças existenciais sobre cálculos eleitorais. Para essa ala, a derrota legislativa é um custo estratégico inevitável para impedir que adversários cruzem linhas vermelhas.

Em contrapartida, JD Vance, captura a essência do populismo nacionalista atual. Ao culpar o conflito com o Irã pela derrota nas midterms, aponta que o eleitor votou na oposição como forma de protesto. A análise expõe que a base repudia aventuras militares: o eleitor raiz rejeita financiar a estabilidade global enquanto as fronteiras são porosas e o poder de compra derrete. Para ele, focar no exterior demonstra abandono das prioridades nacionais.

Essa dissonância é o grande gargalo estratégico da direita norte-americana. Quando energia e orçamento são consumidos por crises no exterior, o conservadorismo torna-se impotente para resistir à reengenharia social promovida por adversários em casa.

O dilema moderno é cristalino: a cúpula compreende a segurança global, mas a base exige a doutrina America First, enxergando distrações internacionais como traição. Se a direita não harmonizar a projeção global com o isolacionismo de seus eleitores, repetirá o erro de 2006. O preço não será perder cargos no Congresso, mas a rendição definitiva na batalha pela alma e cultura dos Estados Unidos.

EDITORIAL

Fim de ano, presentes, ceias e... dívidas novas!

O calendário avança para os últimos meses de 2026 e, com ele, chega a temporada de despesas que costuma apertar o orçamento das famílias. IPTU, IPVA, licenciamento de veículos, matrículas e mensalidades escolares, material didático e tantas outras obrigações já deveriam estar no radar de quem pretende iniciar o ano de 2027 com o pé direito e as contas em ordem.

Contudo, para uma parcela expressiva da população, a realidade é outra. Dívidas não pagas acumuladas, inadimplência e nenhuma opção de crédito. E a dimensão do problema impressiona. Segundo levantamento da "Acordo Certo", 807 mil maiores de 18 anos estão devendo na região de Campinas, o equivalente a 30,2% da população adulta.

Para tentar aliviar esse cenário, uma carreta de renegociação de dívidas estava em Campinas, em frente à Catedral Metropolitana, até o sábado (7/11), oferecendo atendimento gratuito e descontos que podem chegar a 99%. Oportunidades como essa podem ser proveitosas, mas também acendem um alerta.

Afinal, limpar o nome não significa, necessariamente, colocar a vida financeira em ordem. O risco maior é o de que a renegociação represente apenas uma troca de credores, com a substituição de dívidas antigas por novos compromissos, sem que as causas do desequilíbrio sejam devidamente enfrentadas. É o conhecido ciclo, no qual o consumidor paga uma conta, assume outra no seu ligar e continua sem conseguir fechar no "azul".

O problema é especialmente preocupante nesta época do ano. O 13º salário, que poderia funcionar como um instrumento de reorganização do orçamento, geralmente, é direcionado para presentes natalinos, ceias fartas de Natal e Ano Novo, regadas com muita bebida e viagens para estar com a família. Enquanto isso, as despesas de janeiro e fevereiro se aproximam, sem dar trégua ao bolso.

Não se trata de desconsiderar a importância de iniciativas que aproximam credores e consumidores e oferecem condições mais favoráveis para a quitação de débitos. Descontos expressivos podem representar uma oportunidade real de recomeço. Contudo, é preciso que esse reinício seja acompanhado de planejamento, controle dos gastos e cautela para não assumir compromissos que ultrapassem a real capacidade de pagamento.

O endividamento também não pode ser tratado apenas como resultado da falta de organização individual. O custo de vida, os juros elevados, a renda insuficiente e a facilidade de acesso ao crédito compõem um cenário que empurra muitas famílias para um 'buraco' difícil de se escalar e reverter. Ainda assim, recuperar o controle possível sobre o orçamento é um passo indispensável.

Campinas não precisa apenas de consumidores com o nome limpo. Precisa de famílias financeiramente equilibradas, capazes de planejar o futuro sem depender de novas renegociações a cada final de ano. Porque trocar uma dívida por outra não é sair do "vermelho". É apenas mudar o endereço do problema.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal